

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.766 - AM (2019/0115302-4)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : ALAN DE OLIVEIRA SOARES (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ALAN DE OLIVEIRA SOARES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (*Habeas Corpus* n. 4000633-10.2019.8.04.0000).

Os autos dão conta de que, em 28/8/2010, o recorrente teve sua prisão preventiva decretada (e-STJ fls. 126/128), cujo mandado de prisão foi cumprido na data de 10/11/2017 (e-STJ fl. 572).

Na data de 12/9/2018, o Juízo da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM julgou parcialmente procedente a denúncia e pronunciou o ora recorrente pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, I e IV, e 121, *caput*, c/c o art. 14, II, c/c os arts. 29 e 69, todos do Código Penal (e-STJ fls. 542/549).

Alegando excesso de prazo na formação da culpa, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 589):

*PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E HOMICÍDIO TENTADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. RÉU PRONUNCIADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 21 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRISÃO PREVENTIVA JUSTIFICADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PERICULOSIDADE DO AGENTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ART. 319, CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INSUFICIÊNCIA À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.*

No presente recurso, a Defensoria Pública do Estado do Amazonas reafirma as alegações originárias, sustentando, em suma, que "o recorrente encontra-se

# *Superior Tribunal de Justiça*

*preso por mais de 1 ANO E 04 (QUATRO) MESES, sem que haja qualquer informação ou previsão nos autos de origem acerca de quando será julgado em Plenário do Tribunal do Júri" e que, "no entendimento do C.STJ, a Súmula nº 21 deste Tribunal não impede o reconhecimento do excesso de prazo nos casos em que a demora da prisão fere a proporcionalidade e a razoabilidade do tempo do processo" (e-STJ fls. 607 e 612/613).*

Aponta, ainda, a possibilidade de que sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão.

Por isso, requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva (e-STJ fls. 604/615).

Liminar indeferida (e-STJ fls. 633/635) e prestadas informações, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 664/674).

É, em síntese, o relatório.

Pois bem. Noticia a defesa, às e-STJ fls. 678/683, a superveniência de sentença condenatória em desfavor do recorrente, tendo a pena sido fixada em 4 anos de reclusão, a ser cumprida no regime aberto, ocasião em que lhe foi concedido o direito de recorrer solto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator